

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No semestre, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1.503 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 45.033 mil e Ativos Totais de R\$ 45.967 mil.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	45.945	42.918	CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	36	44	OUTRAS OBRIGAÇÕES	934	756
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	45.905	42.868	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	14	11
Carteira Própria	45.905	42.868	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	858	668
OUTROS CRÉDITOS	4	6	Diversas (Nota 8b)	62	77
Diversos (Nota 6)	4	6			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21	25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.033	42.188
OUTROS CRÉDITOS	21	25	Capital:		
Diversos (Nota 6)	21	25	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	24.200	23.500
PERMANENTE	1	1	Reservas de Lucros (Nota 9c)	20.833	18.688
INVESTIMENTOS	1	1			
Outros Investimentos	2	2			
Provisões para Perdas	(1)	(1)			
TOTAL	45.967	42.944	TOTAL	45.967	42.944

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil						DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2015	2014		2015	2014	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados		Totais	
				Capital Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Totais			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.662	2.101	Eventos								
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	2.662	2.101	Saldos em 31.12.2013	22.500	175	18.376	-	41.051			
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.662	2.101	Aumento de Capital com Reservas	1.000	(87)	(913)	-	-			
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(177)	(208)	Lucro Líquido	-	-	-	1.148	1.148			
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(83)	(104)	Destinações - Reservas	-	57	1.080	(1.137)	(43)			
Despesas Tributárias (Nota 11)	(130)	(105)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(11)	(11)			
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	61	1	Saldos em 30.6.2014	23.500	145	18.543	-	42.188			
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(25)	-	Saldos em 31.12.2014	23.500	213	19.831	-	43.544			
RESULTADO OPERACIONAL	2.485	1.893	Aumento de Capital com Reserva	700	-	(700)	-	-			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.485	1.893	Lucro Líquido	-	-	-	1.503	1.503			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(982)	(745)	Destinações - Reservas	-	75	1.414	(1.489)	(69)			
LUCRO LÍQUIDO	1.503	1.148	- Dividendos Propostos	-	-	-	(14)	(14)			
Número de cotas (Nota 9a)	24.200.000	23.500.000	Saldos em 30.6.2015	24.200	288	20.545	-	45.033			
Lucro por lote de mil cotas em R\$	62,11	48,85									

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil						DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2015	2014		2015	%	2014	%				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	2.662	103,2	2.102	105,2				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.485	1.893	1.1) Intermidação Financeira	2.662	101,8	2.101	105,1				
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	2.485	1.893	2) Outras	36	1,4	1	0,1				
(Aumento/Redução) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(909)	(804)	2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(83)	(3,2)	(104)	(5,2)				
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	8	(4)	Publicações	(52)	(2,0)	(75)	(4,3)				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.571)	(1.064)	Serviços Técnicos Especializados	(18)	(0,7)	(17)	(0,8)				
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	13	21	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,3)	(7)	(0,3)				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Outras	(6)	(0,2)	(1)	(0,1)				
Dividendos Pagos	(24)	(17)	3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	2.615	100,0	1.998	100,0				
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(24)	(17)	4- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.615	100,0	1.998	100,0				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(11)	4	5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.615	100,0	1.998	100,0				
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	47	40	6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.615	100,0	1.998	100,0				
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	36	44	6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	1.112	42,5	850	42,5				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(11)	4	Federal	1.112	42,5	850	42,5				
			6.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.503	57,5	1.148	57,5				
			Dividendos Propostos	14	0,5	11	0,6				
			Lucros Retidos	1.489	57,0	1.137	56,9				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCBEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se concordarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de perda de faliência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o que foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 36 mil (2014 - R\$ 44 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil							
	2015		2014		Valor de mercado/contábil		Valor de mercado/contábil	
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Marcação a mercado
Carteira própria								
Cotas de fundos de investimentos	23.203	3.892	2.632	16.178	45.905	45.905	-	42.868
Total em 2015	23.203	3.892	2.632	16.178	45.905	45.905	-	42.868
Total em 2014	9.935	7.158	7.817	17.958				

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	2015		2014		Valor de mercado/contábil		Valor de mercado/contábil
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação: (3)							
Notas do tesouro nacional	21.004	-	-	-	21.004	21.004	8.797
Letras financeiras do tesouro	2.199	3.602	-	10.259	16.060	16.060	16.834
Letras financeiras	-	290	2.592	4.653	7.535	7.535	12.439
Debêntures	-	-	40	1.266	1.306	1.306	2.256
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	2.401
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	25
Outros	-	-	-	-	-	-	116
Total em 2015	23.203	3.892	2.632	16.178	45.905	45.905	
Total em 2014	9.935	7.158	7.817	17.958			42.868

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do semestre, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 45.905 mil (2014 - R\$ 42.868 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a rendas de aplicações em fundos de investimento no montante de R\$ 2.662 mil (2014 - R\$ 2.101 mil).

A BEC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

6) OUTROS CRÉDITOS

O valor de R\$ 25 mil (2014 - R\$ 31 mil) refere-se a créditos tributários sobre adições temporárias (Nota 15c).

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contábeis avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

(c) Em 30 de junho de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e provável de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	835	652
Impostos e contribuições a recolher	23	16
Total</		

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BEC DTMV como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.983/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.
- A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.
- Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- d) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.
- e) Não houve eventos subsequentes, que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC DTMV Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria realizados em relação à demonstração de lucros e prejuízos, e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP02857/O-1 F SP

Osasco, 29 de julho de 2015

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

Aviso Coleta de Preços Homologação e Ratificação

Processo de Importação: 094/2015

Assunto: Aquisição de reagentes químicos para utilização no Laboratório de Influenza.

São Paulo, 21 de agosto de 2015. Com base na Requisição de Compra Nº 13882, encaminhada pela Gestão de Estoques e, tendo em vista Deliberação de Alçadas e Modalidades de Compras emitida pela Diretoria Executiva mediante poder outorgado pelo Conselho Curador da Fundação Butantan e, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Estatuto Social da Fundação Butantan, artigo 27, I, **homologo e ratifico o ato de Coleta de Preços** com fundamento no artigo 5º, II, do Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Butantan, **pelos valores total de AUD 18.900,00 (dezoito mil e novecentos dólares australianos) – equivalente ao valor estimado em reais de R\$ 42.419,16 (quarenta e dois mil, quatrocentos e dezoito reais e dezesseis centavos)**, para a aquisição de reagentes químicos, fornecidos pela empresa **Therapeutic Goods Administration**, dispensando-se, neste ato, a emissão de Parecer Jurídico, tendo em vista o valor da contratação. Encaminhe-se ao Setor de Compras para prosseguimento.

Prof. Dr. Jorge Kall
Diretor Presidente

MULTIPLUS S.A.

CNPJ nº 11.094.546/0001-75 - NIRE 35.300.371.658 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária Ficam convocados os Senhores Acionistas da MULTIPLUS S.A. ("Companhia") a se reunirem às 16h00, do dia 08 de setembro de 2015, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuino Cardoso, 454, 2 andar, Edifício The One, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Eleição** de um novo membro para o Conselho de Administração, em face da renúncia apresentada pelo Sr. **Enrique Cueto Plaza**. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.pontosmultipius.com.br/ri), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) este Edital de Convocação e o Manual para Participação na Assembleia Geral, que contém todas as demais informações requeridas pelas Instruções CVM 480/09, 481/09 e alterações, sobre as matérias a serem examinadas e discutidas. **Instruções Gerais:** Na forma do artigo 1º da Instrução CVM nº 165/91, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo do capital votante para a solicitação da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do membro do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, poderão participar da Assembleia ora convocada, todos os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações da Companhia, **Gonçalves S.A.** (até 24 (vinte e quatro) horas antes da data indicada neste Edital de Convocação, conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Os Acionistas deverão se apresentar antes do horário de início indicado para início da Assembleia, com os seguintes documentos: - Documento de identificação e extrato emitido pelo órgão custodiante com a indicação da participação acionária; - Caso não esteja presente à Assembleia Geral, o acionista poderá ser representado por procurador, obedecidas as condições legais; - Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Sociedade, preferencialmente, com até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia; e Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos no Site de Relações com Investidores - www.pontosmultipius.com.br/ri

São Paulo, 21 de agosto de 2015.
Antonio Luiz Rios da Silva - Presidente do Conselho de Administração

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 15.561.610/0001-31 NIRE 3530043824-8

COMPANHIA FECHADA
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015. **Data, Hora e Local:** Dia 29 de abril de 2015, às 11h30m, na sede social da Companhia, na Rodovia Helio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307 - Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos - Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100. **2- Convocação:** Dispensada tendo em vista a presença de todos os conselheiros nos termos do Artigo 14, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **3- Presença:** (i) Conselheiros: Bonngani Andrew Maseko, Gustavo Nunes da Silva Rocha, Damiano Carlos Moreno Tavares, Carlos Castanho Junior e Jolison Rodrigues Ferreira; e (ii) Convidados: Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa, também convidada para secretariar a reunião. **4- Mesa:** Presidente: Gustavo Nunes da Silva Rocha; e Secretária: Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa. **5- Ordem do dia:** Deliberar sobre o roteiro da remuneração global anual dos administradores da Companhia. **6- Assuntos e Deliberações:** Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos conselheiros. Examinada a matéria constante da ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto na sede da Sociedade, preferencialmente, com até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia: O Conselho aprovou por unanimidade o roteiro da remuneração global anual dos administradores da Companhia aprovada na AGO de 29/04/2015, no montante total de até R\$66.192,00, incluindo benefícios e remuneração variável, conforme aplicável, que será paga aos beneficiários em bases mensais, sendo (i) R\$47.280,00, referente ao Conselho de Administração; e (ii) R\$18.912,00, referente à Diretoria. **7- Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, à qual depois de lida e aprovada, foi assinada pelos conselheiros presentes: Presidente: Gustavo Nunes da Silva Rocha; e Secretária: Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa. Conselheiros: Bonngani Andrew Maseko, Gustavo Nunes da Silva Rocha, Damiano Carlos Moreno Tavares, Carlos Castanho Junior e Jolison Rodrigues Ferreira. Certificado que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa - Presidente; Flávia M. B. Soto Garcia Rosa - Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP. Certificado o registro sob o nº 353.327/15-3 e data de 12/08/2015. Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 15.561.610/0001-31 NIRE 3530043824-8

COMPANHIA FECHADA
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015. DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de abril de 2015, às 11 horas, na sede social da Companhia, na Rodovia Helio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307 - Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos - Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100. **QUORUM:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registros lavrados no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presentes como convidados o Sr. Antônio Carlos Brandão de Sousa, representante da DTT – auditores independentes da Companhia e a Sra. Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa, também convidada para secretariar a reunião. **CONVOCAÇÃO:** Conforme anúncios publicados no Jornal Valor Econômico – Ed. São Paulo, edições dos dias 28/03/15 página E2, 31/03/15 página E10 e 01/04/15 página E4, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edições dos dias 28/03/15 página 139, 31/03/15 página 434 e 01/04/15 página 27. **MESA:** Presidente: Gustavo Nunes da Silva Rocha; Secretária: Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a (a) Tomada de contas da administração, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório da Administração relativos ao exercício social de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes; (b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2014; e (c) Fixação da remuneração global anual dos administradores. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes (observando-se os impedimentos legais onde aplicáveis, conforme artigo 134, § 1º da Lei nº 6.404/76), bem como a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, na forma do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **(e) Tomada de contas da administração, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório da Administração relativos ao exercício social de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes:** Após exame e discussão, foram aprovados sem ressalvas: (i) o Relatório da Administração, e (ii) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, conforme publicações realizadas nas edições de 24 de abril de 2015 do Diário Oficial do Estado de São Paulo (página 24 a 30) e do Jornal Valor Econômico, edição de São Paulo (página E9 a E12). **(b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2014:** Com base nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2014 foi aprovada a seguinte destinação do resultado: o prejuízo apresentado no exercício social de 2014, no valor de R\$ 202.222 mil, será absorvido pela reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 39.507 mil, sendo o saldo remanescente de R\$ 162.715 mil destinado para a conta de prejuízos acumulados. **(c) Fixação da remuneração global anual dos administradores:** Foi aprovada sem ressalvas a remuneração global anual dos administradores, no montante de até R\$ 66.192,00 (sessenta e seis mil, cento e noventa e dois reais). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, as Assembleias foram encerradas, das quais se lavrou a presente ata que, lida e aprovada foi assinada por todos os presentes. Mesa: Gustavo Nunes da Silva Rocha – Presidente e Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa – Secretária. Acionistas: Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, representada pelo Diretor-Presidente Gustavo Nunes da Silva Rocha e Airports Company South Africa SOC Limited, neste ato representada pelo Sr. Geraldo Roberto Lefosse Junior. São Paulo, 29 de abril de 2015. Mesa: Gustavo Nunes da Silva Rocha – Presidente; Flávia Monteiro de Barros Soto Garcia Rosa – Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP. Certificado o registro sob o nº 362.205/15-2 e data de 14/08/2015. Flávia Regina Brito - Secretária Geral.

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO - LEILÃO OFICIAL Fernando José Cerdeira Gonçalves Pereira, JUCESP nº 844. 14) **COMITENTE G.C.E.I.S.P.E LTDA.** CNPJ: 08.736.764/0001-51 **2) OBJETO DO LEILÃO:** Matrícula nº 42.289 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. IMÓVEL: Um terreno situado à Rua Arquêdo Almeida, com denominação Gaguasari, Itaquera. Existe sobre o terreno 2 (duas) ações de Desapropriação que todos os direitos e obrigações serão sub-rogados integralmente pelo Arrematante, e após a perda de área pelas desapropriações, o imóvel passará a corresponder a área total de 17.916,91m². Imóvel desocupado. **3) VALOR DO LANCE INICIAL: R\$ 18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil reais)** condicionados à aprovação do comitente. **4) DIA E HORÁRIO DO LEILÃO:** O Leilão híbrido (online e presencial) terá início no dia 24 de agosto de 2015 às 16h00min e será encerrado no dia 24 de setembro de 2015 às 16h00min. Eventuais dívidas e quaisquer ônus existentes no imóvel serão de responsabilidade do antigo proprietário até a data da inscrição na posse. A documentação para venda será apresentada pelo comitente em até 120 (cento e vinte) dias. **5) DOS LANCES:** Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pelo site de internet através do Portal www.megaleiloes.com.br ou de viva voz no dia do encerramento do leilão a partir das 16h00min no Auditório localizado na Alameda Franco nº 580 - Jd. Paulista - São Paulo/SP em igualdade de condições. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br e deverão ser aceitas pelo interessado em participar do leilão.** Maiores informações: (11) 3149-4600. Sem mais.

8º Ofício Cível do Foro Regional de Santo Amaro. Foro Regional II Santo Amaro. Comarca de São Paulo. Juiz: Felipe Poyares Miranda. EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0062907-88.2012.8.26.0002. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços. Executante: Instituto Mauá de Tecnologia - IMT. Executado: Priscila Valério e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0062907-88.2012.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do 8º Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, D(r)a, Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) V(ia)s Maria de Lima Vidal, CPF 391.943.893-34, RG 97023036721 e a Priscila Valério, CPF 336.931.078-31, RG 442465154, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Instituto Mauá de Tecnologia - IMT, objetivando a quantia de R\$ 37.026,34 (outubro de 2014), representada pelo Contrato de Crédito Educativo (Bolsa Restitível) do Fundo Mauá de Bolsas - FMB, financiando 90% das mensalidades de fevereiro a dezembro de 2004 e Contrato de Crédito Educativo (Bolsa Restitível) do Fundo Mauá de Bolsas - FMB, financiando 90% da mensalidade de janeiro do ano letivo de 2005. Encontrando-se as execuções em lugar inerte e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, para que em 03 dias, pagamento o débito atualizado, ou, querendo, apresentem embargos, no prazo de quinze dias, e a fluir dos 20 dias supra. Com a citação, converte-se em peritório o arresto procedido sobre as quantias litigadas judicialmente. A documentação para venda será apresentada pelo comitente em até 120 (cento e vinte) dias. **5) DOS LANCES:** Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pelo site de internet através do Portal www.megaleiloes.com.br ou de viva voz no dia do encerramento do leilão a partir das 14h00min no Auditório localizado na Alameda Franco nº 580 - Jd. Paulista - São Paulo/SP em igualdade de condições. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br e deverão ser aceitas pelo interessado em participar do leilão.** Maiores informações: (11) 3149-4600. Sem mais.

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO - LEILÃO OFICIAL Fernando José Cerdeira Gonçalves Pereira, JUCESP nº 844. 14) **COMITENTE G.P.E.I.S.P.E LTDA.** CNPJ: 08.994.068/0001-45 **2) OBJETO DO LEILÃO:** Matrículas nºs 19.238, 45.982, 56.094, 79.971, 121.620, 28.818, 105.324, 40.205, 34.958, 40.441, 40.020, 10.307, 110.127 todas do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Santo André/SP. IMÓVEL: Localizado no alinhamento predial da Avenida Andrade Neves, encerrando em uma área de 3.379,57m². Imóvel desocupado. **3) VALOR DO LANCE INICIAL: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões mil reais)** condicionados à aprovação do comitente. **4) DIA E HORÁRIO DO LEILÃO:** O Leilão híbrido (online e presencial) terá início no dia 24 de agosto de 2015 às 16h00min e será encerrado no dia 24 de setembro de 2015 às 16h00min. Eventuais dívidas e quaisquer ônus existentes no imóvel serão de responsabilidade do antigo proprietário até a data da inscrição na posse. A documentação para venda será apresentada pelo comitente em até 120 (cento e vinte) dias. **5) DOS LANCES:** Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pelo site de internet através do Portal www.megaleiloes.com.br ou de viva voz no dia do encerramento do leilão a partir das 14h00min no Auditório localizado na Alameda Franco nº 580 - Jd. Paulista - São Paulo/SP em igualdade de condições. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br e deverão ser aceitas pelo interessado em participar do leilão.** Maiores informações: (11) 3149-4600. Sem mais.

SUPLEMENTOS

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO

DE

VALOR

ECONÔMICO

AGORA

LANÇAMENTO